

As diretrizes do programa Município VerdeAzul (PMVA) no município de Mogi das Cruzes, SP: a percepção da população

Fernando dos Reis Barbosa¹

Larissa de Jesus Silva²

Renata Jimenez de Almeida-Scabbia³

Luci Mendes de Melo Bonini⁴

Educação Ambiental

Resumo

Este trabalho teve como objetivo quantificar a percepção da população sobre as diretrizes do programa VerdeAzul, no município de Mogi das Cruzes, SP. Participaram da pesquisa cidadãos maiores de 18 anos, escolhidos por conveniência em locais públicos diferenciados: parques, praças, ruas no município de Mogi das Cruzes. Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente. Para as análises inferenciais foi utilizado teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov com índice de significância menor que 0,05. Para observar as diferenças significativas foi utilizado o Teste Mann-Whitney e Teste t Student, intercalando entre dados paramétricos e não paramétricos. Estes testes foram realizados no *software* GraphPad o PRISM 5.0. Desses, 57% se identificaram como do sexo feminino e 42% do sexo masculino. A faixa etária predominante nesta pesquisa foi de indivíduos entre 31 e 40 anos. Grande parte dos entrevistados mora em ambientes onde os serviços básicos de saneamento e coleta de lixo estão instalados. A maioria dos entrevistados conhecem e frequentam os parques municipais e todos afirmam ter árvores em seus bairros, embora poucos tenham conhecimento sobre as espécies. O conhecimento sobre o Conselho Ambiental do Município é desconhecido por grande parte de população, o que implica ausência de comunicação entre gestão e os munícipes. Elaborar campanhas que promovam ações de Educação Ambiental para a população e que convidem os cidadãos a participarem das decisões do Conselho é uma alternativa na melhoria desta relação.

Palavras-chave: Alto Tietê; Crise Ambiental; Mata Atlântica; Meio Ambiente; Políticas Públicas.

¹Aluno de mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes, fernandoreisbio@gmail.com.

²Aluna de mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes, larissa_jesussilva@hotmail.com.

³Prof. Dra. Universidade de Mogi das Cruzes, Núcleo de Ciências Ambientais, renatascabbia@umc.br

⁴Prof. Dra. Faculdade de Tecnologia-Mogi das Cruzes (Fatec-Mogi), lucibonini@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A estruturação da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015 propõe a indissolubilidade entre o crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental ela advoga pela sustentabilidade ambiental e a coesão social. Países como Índia e China vem gradualmente avançando nas diretrizes da ODS, no entanto os desafios em relação a desigualdade econômica e política, ainda são evidentes. O Brasil avançou consideravelmente nas metas da ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) dentre 2000-2015, as diretrizes que abrangem a ODS representam uma oportunidade no aprimoramento das políticas públicas nacionais para o desenvolvimento sustentável do país (BRASIL 2018; ROMA, 2019; BRASIL, 2020).

Para atender às exigências legais e ao mesmo tempo minimizar os impactos ambientais, os governos estaduais e municipais também se movimentaram para criar programas de controle e sistemas de preservação do meio ambiente. Um desses programas, objeto de estudo deste trabalho é o Programa Município VerdeAzul - PMVA, criado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, que visa estimular a implementação e o desenvolvimento de uma agenda ambiental municipal, além de descentralizar a política ambiental, com base na eficiência e eficácia da gestão ambiental, valorizando a base da sociedade (SÃO PAULO, 2017).

Este trabalho teve como objetivo quantificar a percepção da população sobre as diretrizes do programa VerdeAzul, no município de Mogi das Cruzes, SP.

METODOLOGIA

LOCAL DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada na cidade de Mogi das Cruzes, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010) possui 387.779 habitantes e a estimativa para 2019 era de 445.842 habitantes. A densidade demográfica é de 544,12 habitantes por km². O município possui cerca de 65% do território situado em áreas de preservação ambiental e abriga a segunda maior reserva de Mata Atlântica do Estado de

São Paulo, mais especificamente no seu limite norte com a Serra do Itapeti (MANFRÉ; WITTER, 2012).

COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados está dividido nas respectivas categorias do programa em estudo sendo elas: Esgoto tratado e Resíduos sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Gestão das águas, Município sustentável, Qualidade do ar, Uso do solo e Conselho ambiental. Em cada categoria organizaram-se questões a fim de relatar a orientação das diretrizes no município. Participaram da pesquisa cidadãos maiores de 18 anos, escolhidos por conveniência em locais públicos diferenciados: parques, praças, ruas no município de Mogi das Cruzes. Eles foram abordados e convidados a participar da pesquisa e a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, podendo declinar de sua participação a qualquer momento.

ANÁLISE DE DADOS

Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente. Para as análises inferenciais foi utilizado teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov com índice de significância menor que 0,05. Para observar as diferenças significativas foi utilizado o Teste Mann-Whitney e Teste t Student, intercalando entre dados paramétricos e não paramétricos. Estes testes foram realizados no *software* GraphPad o PRISM 5.0 (CASTRO et al., 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 315 residentes do município de Mogi das Cruzes. Desses, 57% se identificaram como do sexo feminino e 42% do sexo masculino. Para a categoria Esgoto tratado e resíduos sólidos, todos responderam que suas residências possuem rede de coleta de esgoto, porém 86% não conhecem ações relativas a coleta desse resíduo. Todos os entrevistados têm acesso à coleta de lixo, porém não tem acesso à coleta seletiva, entretanto, 63% afirmaram que conhecem ações relativas à coleta de lixo e sucata.

Em relação as categorias Biodiversidade e Arborização Urbana, todos os

entrevistados se residem em bairros que possuem árvores e acreditam que é possível plantar mais indivíduos arbóreos no local, entretanto 83% não conhecem as espécies plantadas. Referente à gestão das águas, resultados indicaram que 81% gastam em média 15 minutos no banho, todos entrevistados possuem acesso à água tratada e 88% tem algum rio ou ribeirão no bairro, o qual a água não aparenta ser potável. As diversas tipologias em áreas verdes urbanas exercem influência significativa no microclima, porém deve-se monitorar a qualidade dos serviços ecossistêmicos para o uso humano como no caso dos corpos d'água (MARTINI et al. 2018).

Para categoria Município sustentável foram abordados tópicos referentes a transporte, moradia e qualidade do ar, assim, 40% dos entrevistados responderam que utilizam o transporte público e 49% transporte coletivo e privado. Todos afirmaram que não há enchentes em seus bairros e que não percebem ações da prefeitura sobre o assunto. Além disso, 96% indicaram que há conjuntos habitacionais no bairro onde residem e que não há casas construídas na beira de rios, córregos ou encostas de morros. Quanto ao ar que respiram todos acreditam não ser limpo. Quando perguntados se eles sabem a quem recorrer caso tenham algum problema ambiental, 92% dos entrevistados responderam não saber e 7,3% afirmaram procurar a Prefeitura. Quanto ao Conselho Ambiental do Município, 95% dos entrevistados afirmam não ter nenhum conhecimento sobre. Estudos aplicados em 5 municípios do Médio Piracicaba em Minas Gerais implicam que em realidades onde o Conselho Ambiental e a população carecem de uma relação sólida, os serviços ecossistêmicos se tornam menos perceptíveis a população, o que pode colocar o ecossistema local em estado de vulnerabilidade (FERREIRA; FONSECA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste trabalho, implicam uma visão de diferentes ângulos sobre a implementação do PMVA no município. Grande parte dos entrevistados mora em ambientes onde os serviços básicos de saneamento estão instalados. A transparência entre gestão pública e a população é essencial para o desenvolvimento sustentável do município, caso este almeje uma estabilidade dentro das diretrizes do programa Município VerdeAzul. O município possui Ecopontos, no entanto, a carência de uma gestão de

educação ambiental nas comunidades reflete a baixa frequência de utilização desse recurso.

A maioria dos entrevistados conhecem e frequentam os parques municipais e todos afirmam terem árvores em seus bairros, mas poucos tem conhecimento sobre as espécies, o que demanda uma necessidade de aplicar este conhecimento nas escolas e comunidades, na tentativa de melhorar a conexão entre a população e a flora da região. O conhecimento sobre o Conselho Ambiental do Município é desconhecido por grande parte de população, o que implica ausência de comunicação entre gestão e os munícipes. Elaborar campanhas que convidem os cidadãos a participarem das decisões do Conselho é uma alternativa no melhoramento desta relação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. Câmara Temática “Parcerias e Meios de Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” é instalada em reunião no Palácio do Planalto. **Segov**. Brasília. Disponível em: <www4.planalto.gov.br/ods/noticias/camara-tematica-201cparcerias-e-meios-de-implementacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel201d-e-instalada-em-reuniao-no-palacio-do-planalto>. 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União, **Portaria Nº 288 de 2 de Julho de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-288-de-2-de-julho-de-2020-264916875>.

CASTRO, S. M.; NAGATANI, V. H.; MORINI, M. S. C.; SANTOS, I. F.; ALVARES, L. R.; MELLO, T. R. C.; BONINI, L. Visitantes de um parque urbano oriundo de área degradada pela mineração: perfil e percepção ambiental. **South American Development Society Journal**, [S.l.], v. 6, n. 16, p. 164, 2020

FERREIRA, S. M. C.; FONSECA, A. Análise da participação popular nos conselhos municipais de meio ambiente do Médio Piracicaba (MG). **Ambiente & Sociedade**, V.13, n.3, p. 239-258, São Paulo, 2014

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Cidades**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em 24 fev. 2017.

MANFRÉ, G. M. G.; WITTER, S. J. Itapeti, a Serra: alma. In: MORINI, M. S. C; MIRANDA, V. O. F (Orgs). **Serra do Itapeti: Aspectos Históricos, Sociais e Naturalísticos**. Bauru, ed. 1, p. 19-31, 2012.

MARTINI, A.; BIONDI, D.; BATISTA, C. A. A influência das diferentes tipologias de floresta urbana no microclima do entorno imediato. **Ciência Florestal**, v. 28, n. 3, p. 997-1007, Santa Maria, 2018.

ROMA, C. J. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n.1, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo. 2017. **O Programa Município VerdeAzul**. Disponível em <<http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/>> Acesso em 24 fev. 2017.